

# **PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS:**

REPERCUSSÕES SETORIAIS  
PARA A MODICIDADE  
TARIFÁRIA E  
MODELAGEM SOCIETÁRIA





República Federativa do Brasil

---

Tribunal de Contas da união

**MINISTROS**

Raimundo Carreiro (Presidente)  
José Mucio Monteiro (Vice-Presidente)  
Walton Alencar Rodrigues  
Benjamin Zymler  
Augusto Nardes  
Aroldo Cedraz  
Ana Arraes  
Bruno Dantas  
Vital do Rêgo

**MINISTROS-SUBSTITUTOS**

Augusto Sherman Cavalcanti  
Marcos Bemquerer Costa  
André Luís de Carvalho  
Weder de Oliveira

**MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU**

Cristina Machado da Costa e Silva (Procuradora-Geral)  
Lucas Rocha Furtado (Subprocurador-Geral)  
Paulo Soares Bugarin (Subprocurador-Geral)  
Marinus Eduardo de Vries Marsico (Procurador)  
Júlio Marcelo de Oliveira (Procurador)  
Sérgio Ricardo Costa Caribé (Procurador)  
Rodrigo Medeiros de Lima (Procurador)

# Privatização da Eletrobras: Repercussões setoriais para a modicidade tarifária e modelagem societária

Principais conclusões de Diálogo  
Público realizado pelo TCU no dia  
27 de março de 2018, em Brasília

© Copyright 2018, Tribunal de Contas de União

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

<[www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br)>

Permite-se a reprodução desta publicação,  
em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo,  
desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Diálogo público (2018 : Brasília)

Privatização da Eletrobras : repercussões setoriais para a modicidade tarifária e modelagem societária / Tribunal de Contas da União; Apresentação Ministro-Relator Aroldo Cedraz; [Palestrantes] Ministro Aroldo Cedraz... [et al.] – Brasília : TCU, Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), 2018.

71 p.

Esta publicação compila as principais conclusões do Diálogo Público realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no dia 27 de março de 2018 em Brasília.

1. Energia elétrica – Brasil. 2. Privatização – Brasil. 3. Desestatização – Brasil. 4. Tarifa – Brasil. I. Eletrobrás. II. Título.

Catálogo na fonte: Biblioteca Ministro Ruben Rosa



## APRESENTAÇÃO

Não há dúvidas de que a Eletrobrás, gigante do setor elétrico com merecido destaque internacional, constitui patrimônio importante do Estado Brasileiro. Por esse motivo, entendo que a atuação deste Tribunal de Contas da União no acompanhamento do processo de desestatização da empresa, anunciado pelo Poder Executivo, reveste-se de peculiar importância.

Compete à nossa Corte de Contas não apenas zelar pela conformidade estrita dos procedimentos e pela preservação dos interesses da nação, mas também assegurar que os consumidores – e em especial o cidadão comum – não sejam prejudicados como resultado desse processo.

Nesse sentido, e considerando a responsabilidade que me coube em trazer a julgamento esse processo de desestatização, no âmbito do TC 008.845/2018-2, solicitei que fosse realizado o evento de diálogo público “Privatização da Eletrobrás: repercussões setoriais para a modicidade tarifária e modelagem societária”, com o objetivo de promover a compreensão e a discussão dos diferentes pontos de vista dos principais atores envolvidos com o tema, a exemplo do Poder Executivo, da própria Eletrobrás, de seus empregados, do Ministério Público e do Poder Legislativo.

Ao longo dos debates, apesar da grande diversidade de participantes e da existência de opiniões por vezes conflitantes, restou patente o comprometimento de todos com a promoção da transparência e a busca de oportunidades de melhoria no processo. Com isso, aspectos estratégicos da proposta do Poder Executivo puderam ser discutidos abertamente, trazendo importantes subsídios para a atuação do TCU.

Assim, com o propósito de dar ampla divulgação aos principais pontos de vista e às conclusões extraídas do evento, solicitei que fosse produzida esta publicação, contendo breves resumos das palestras e discussões realizadas na ocasião. Faço votos de que esse material sirva como estímulo para que o tema continue sendo objeto de debate em outras instâncias da sociedade.



**Por fim, aproveito para lembrar que esse Diálogo Público foi transmitido integralmente por meio do Youtube e, conseqüentemente, os respectivos vídeos encontram-se disponíveis para acesso por meio do canal oficial do TCU naquela plataforma, em <http://youtube.com/tcuoficial>.**

**Boa leitura a todos!**

AROLDO CEDRAZ  
Ministro-Relator





# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	03
INTRODUÇÃO	09
PALESTRANTES DO DIÁLOGO PÚBLICO	10
PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS: REPERCUSSÕES SETORIAIS PARA A MODICIDADE TARIFÁRIA E MODELAGEM SOCIETÁRIA	12
<b>1. VISÕES SOBRE A PRIVATIZAÇÃO</b>	<b>17</b>
1.1 Ponderações do moderador	17
1.2 Visão do Ministério de Minas e Energia	18
1.3 Visão do Relator do PL 9.463/2018	19
1.4 Visão do setor privado	20
<b>2. A ELETROBRAS ONTEM, HOJE E O QUE ESPERAR DO FUTURO</b>	<b>25</b>
<b>3. ESTUDOS SOBRE A REPERCUSSÃO DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS NA PERSPECTIVA DOS TRABALHADORES</b>	<b>31</b>
<b>4. POSSÍVEIS REPERCUSSÕES TARIFARIAS E SUSTENTABILIDADE DO SETOR ELÉTRICO</b>	<b>35</b>
4.1 Ponderações	35
4.2 Repercussões tarifárias e visão da agência reguladora	35
4.3 Repercussões tarifárias e visão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	37
4.4 Visão do Ministério Público Federal	38
4.5 Visão do Instituto Acende Brasil	39
<b>5. MODELAGEM SOCIETÁRIA PREVISTA PARA</b>	





<b>A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS</b>	<b>43</b>
5.1 Ponderações do moderador	43
5.2 Visão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	44
5.3 Visão da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos	45
5.4 Visão do Ministério Público junto ao TCU	45
5.5 Visão da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	46
<b>6. PERSPECTIVAS E EXPERIÊNCIAS DE PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO</b>	<b>51</b>
<b>7. DESAFIOS E RISCOS PARA A UNIÃO E PARA O SETOR ELÉTRICO ASSOCIADOS À PRIVATIZAÇÃO</b>	<b>57</b>
5.1 Entendendo a privatização da Eletrobras	57
5.2 Por que não privatizar	59
5.3 Defesa dos objetivos que inspiram a criação da Eletrobras	60
<b>8. CONCLUSÃO</b>	<b>65</b>
<b>9. PROGRAMAÇÃO DO EVENTO</b>	<b>69</b>





## INTRODUÇÃO

No dia no dia 27 de março de 2018, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, em Brasília, o Diálogo Público “Privatização da Eletrobras: Repercussões setoriais para a modicidade tarifária e modelagem societária”.

O evento, de iniciativa do ministro Aroldo Cedraz, Relator do acompanhamento da privatização da Eletrobras no âmbito do TC 008.845/2018-2, reuniu representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo, da estatal elétrica, do setor produtivo, dos ministérios públicos, da sociedade civil organizada e dos empregados da Eletrobras, entre outros, que trouxeram as perspectivas das instituições que representavam para subsidiar a discussão no contexto das análises a serem realizadas pelo Tribunal.

Durante a abertura do evento, o ministro Cedraz, representando o presidente do Tribunal de Contas da União, reforçou que, em decorrência do mandato constitucional e da missão institucional de “aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo”, cabe ao Tribunal papel estratégico no acompanhamento da privatização. Na ocasião, enfatizou tratar-se de “uma oportunidade ímpar para, em conjunto, discutirmos as condições de contorno previstas para a privatização, identificarmos os possíveis impactos que dela possam decorrer sobre o setor elétrico brasileiro, além de ponderarmos acerca do modelo previsto para a participação do Estado na futura privatização da Eletrobras”.

De forma sumarizada, esta publicação compila as exposições nas palestras e discussões realizadas por ocasião do “Diálogo Público Privatização da Eletrobras”, de forma a contribuir com a transparência do debate em várias instâncias da sociedade.

A íntegra do Diálogo Público poderá ser acessado pelo canal oficial do TCU no “youtube”. [https://www.youtube.com/watch?v=aCJ\\_oFyTtzI](https://www.youtube.com/watch?v=aCJ_oFyTtzI)



## COMPONENTES DA MESA DE ABERTURA

NOME	CARGO
Henrique Meirelles	Ministro de Estado da Fazenda
Moreira Franco	Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência
Dyogo Oliveira	Ministro do Planejamento
Fernando Coelho Filho	Ministro de Estado de Minas e Energia
Aroldo Cedraz	Ministro do TCU e Relator do Processo
Lucas Rocha Furtado	Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU

## PALESTRANTES DO DIÁLOGO PÚBLICO

NOME	CARGO
Aroldo Cedraz	Ministro do TCU e Relator do Processo
Fernando Coelho Filho	Ministro de Estado de Minas e Energia
Augusto Nardes	Ministro do TCU
Benjamin Zymler	Ministro do TCU
Esteves Colnago	Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Lucas Rocha Furtado	Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU
José Carlos Aleluia	Relator do Projeto de Lei 9.463/2018 na Câmara dos Deputados
Adalberto Santos de Vasconcelos	Secretário Especial da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos
Wilson Ferreira Júnior	Presidente da Eletrobras



NOME	CARGO
Robson Braga de Andrade	Presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI)
Carlos Machado	Consultor do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese)
João Raphael Lima	Procurador da República
Romeu Rufino	Diretor-Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
Claudio Sales	Presidente do Instituto Acende Brasil
Elena Landau	Economista
Carlos Antonio Cavalcanti	Vice-Presidente e Diretor Titular do Departamento de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)
Paulo Rabello	Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Luiz Akutsu	Coordenador-Geral de Controle Externo da Eficiência Pública do TCU
Emanuel Mendes Torres	Diretor de Políticas Energéticas da Associação dos Empregados da Eletrobras (AEEL) e Diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região (Sintergia/RJ)
Felipe Sousa Chaves	Diretor da Associação dos Empregados de Furnas (ASEF)
Ikaro Chaves Barreto de Sousa	Diretor da Secretaria de Pesquisa, Tecnologia e Assuntos Estratégicos do Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal (STIU-DF)



# PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS: REPERCUSSÕES SETORIAIS PARA A MODICIDADE TARIFÁRIA E MODELAGEM SOCIETÁRIA

A privatização da Eletrobras foi anunciada pelo Conselho do Programa de Parceria e Investimentos (CPPI) em agosto de 2017, por meio da Resolução CPPI 13/2017, de 23/8/2017. Em janeiro de 2018, o Poder Executivo submeteu o Projeto de Lei (PL) 9.463/2018 ao Congresso Nacional (CN), trazendo as condições, as diretrizes e a sistemática geral da anunciada privatização.

Diante do cenário, dada a representatividade que a Eletrobras possui no setor elétrico e complexidade associada à privatização da gigante do setor elétrico brasileiro, o painel “Visões sobre a Privatização” contou com a participação de autoridades e lideranças empresariais. Estiveram presentes o ministro de Estado de Minas e Energia, o deputado-relator do projeto de lei na Câmara e o presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI). O debate foi mediado pelo ministro Aroldo Cedraz.

Durante as discussões, ficou latente a existência de questões estruturantes prévias para viabilizar a privatização nos moldes propostos pelo governo.



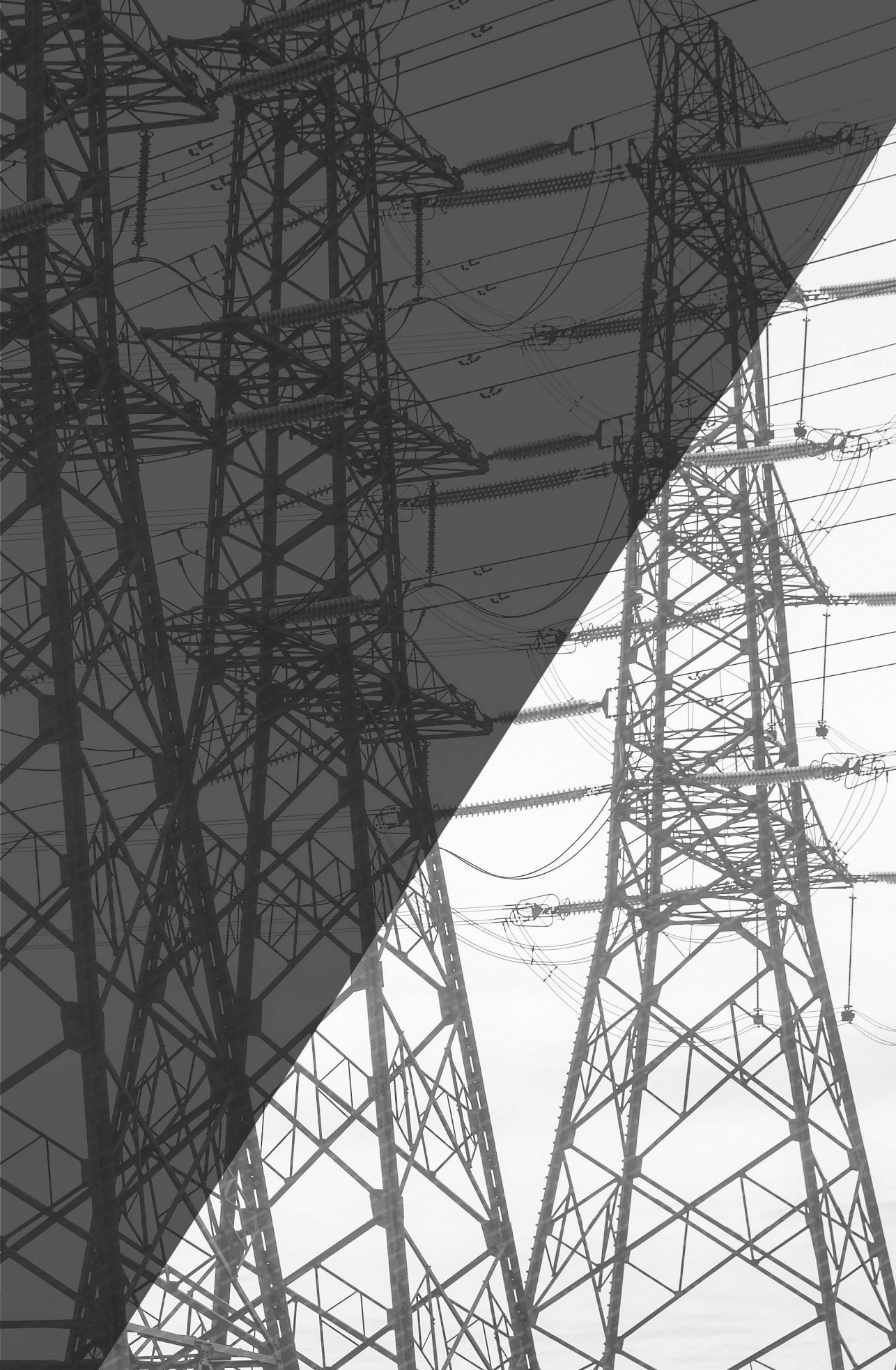


01

VISÕES SOBRE  
A PRIVATIZAÇÃO

PAINEL 1









# 1 VISÕES SOBRE A PRIVATIZAÇÃO

## 1.1 PONDERAÇÕES DO MODERADOR

– *Ministro Aroldo Cedraz*

O ministro Aroldo Cedraz frisou a importância do Diálogo Público, a fim de prover subsídios para a análise de estudos técnicos utilizados nas tomadas de decisão e a promoção da transparência quanto à atuação estatal.

Para ilustrar a importância da Eletrobras no contexto nacional e internacional, o ministro lembrou que essa é a maior *holding* do setor elétrico na América Latina, a 16ª maior empresa de energia do mundo e uma das cinco maiores geradoras hidrelétricas mundiais em capacidade instalada, possuindo ações negociadas nas bolsas de São Paulo, Madri e Nova York. No Brasil, enfatizou que a estatal detém concessões responsáveis por 30,7% da capacidade de geração (47GW instalados, em 239 usinas); por 70,3 mil quilômetros de linhas de transmissão (representando mais que 50% do total no sistema elétrico nacional); e pelo atendimento de 4,3 milhões de clientes no setor de distribuição de energia elétrica.

Assim, dada a magnitude da estatal, reforçou serem necessárias várias etapas em preparação à privatização para a obtenção dos melhores resultados para a sociedade brasileira, em especial: avaliar adequadamente as condições de contorno previstas para a privatização; identificar os possíveis impactos que dela possam decorrer sobre o setor elétrico brasileiro; e ponderar acerca do modelo previsto para a participação do Estado na futura privatização da Eletrobras.

O ministro frisou a importância social do TCU para a promoção da transparência. Comentou que a iniciativa do governo nesse momento não pode prescindir de reflexão sobre a importância da Eletrobras na matriz elétrica nacional, mas que há necessidade de avanços no modelo setorial, de sorte a alcançar níveis de eficiência que a sociedade brasileira almeja.

Em suas ponderações, o ministro Cedraz também ratificou o papel institucional do TCU. Ele comentou que o Tribunal respeitará todas as decisões governamentais que sejam adotadas, ao mesmo tempo em que tem a competência de



avaliar os requisitos técnicos que justificam a privatização ou qualquer outra solução que o Poder Executivo venha a adotar em conjunto com o Legislativo e a sociedade, em prol da modernização do setor elétrico brasileiro.

Por fim, conclamou os participantes do debate a abordarem a motivação para a privatização da Eletrobras, a importância estratégica dessa companhia e os ganhos/custos associados à desestatização.

## **1.2** VISÃO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

*- Ministro Fernando Coelho Filho*

O ministro de Estado de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, enalteceu a Eletrobras e seu corpo de empregados, mas lembrou que se trata de uma empresa, atualmente, com deficiências diversas.

Ele relatou que a Eletrobras participou, nos últimos anos, de diversos empreendimentos que não eram economicamente rentáveis, em razão de escolhas equivocadas de investimento. Além disso, comentou acerca de deficiências de gestão e de governança na empresa, mas apontou a necessidade de sinalização para que a estatal seja indutora de crescimento econômico.

Se mantidos os parâmetros atuais, nos próximos anos, serão necessários aportes bilionários por parte da União para honrar compromissos já assumidos. O governo, porém, não dispõe desses recursos. No modelo proposto, haverá um bônus de outorga. O projeto de lei prevê que uma parte desse bônus deverá ser revertido nas tarifas, por meio de alocação na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Quanto ao Rio São Francisco, salientou que a privatização da Eletrobras não implica privatização desse rio, mas iniciativa para fortalecimento da revitalização da Bacia do São Francisco.

O ministro do Ministério de Minas e Energia (MME) lembrou que as políticas executadas pela Eletrobras são custeadas por recursos orçamentários, como é o caso do Programa Luz para Todos, e quaisquer concessionárias de serviço público têm obrigação de implementar a política, sendo devidamente remuneradas. Ou seja, a privatização não impactaria a execução de políticas públicas.



## Painel 1

A Eletrobras, enquanto empresa pública, carece de blindagem para tomada de decisão estratégica de seus negócios. Espera-se que, com a privatização, a Eletrobras recupere seu papel estratégico no setor, adquira agilidade e obtenha financiamentos compatíveis com o ramo, porém não subsidiados.

Apesar de acreditar que a privatização ocorrerá em breve, o ministro ressaltou que, caso ela não ocorra, a Eletrobras necessitará se reinventar, pois já não se admite o modelo vigente de taxas de juros subsidiadas e aportes governamentais. Como exemplo, lembra que, caso as distribuidoras que hoje integram a *holding* Eletrobras não sejam privatizadas nos próximos meses, elas passarão por um processo de liquidação.

O ministro enfatizou que a descotização da energia, que integra o modelo de privatização previsto no PL, deve ser analisada no contexto de que o risco hidrológico voltará para o gerador e sairá do âmbito do consumidor.

Por fim, registrou sua perspectiva de que o diálogo interinstitucional é uma das formas de viabilizar as melhores iniciativas em prol da sociedade.

### **1.3** VISÃO DO RELATOR DO PL 9.463/2018

*- Deputado José Carlos Aleluia*

O Relator do projeto de lei na Câmara, Deputado José Carlos Aleluia, fez sua exposição abordando o Rio São Francisco em relação aos recursos associados ao modelo de privatização destinados tanto à revitalização quanto à transposição.

Porém, enfatizou que, no âmbito do Congresso Nacional, será necessário ter cuidado com os recursos a serem destinados para o São Francisco, de forma a evitar que eles não passem a compor recursos do Tesouro, mas sejam, de fato, destinados à Bacia.



## **1.4** VISÃO DO SETOR PRIVADO

*- Presidente Robson Braga de Andrade*

O presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Robson Braga de Andrade, frisou que a energia impacta diretamente a indústria. O custo da energia está elevado e tem provocado impactos negativos sobre a produção brasileira.

Decisões recentes de governo acarretaram impactos sobre todo o setor elétrico, mas, sobretudo, sobre a Eletrobras. A privatização pode ser uma oportunidade para viabilizar investimento e inovação no setor elétrico.

Além disso, retomou, também, a questão do São Francisco e enfatizou a importância de o modelo de privatização da Eletrobras prever destinação de recursos para essa bacia.

No que se refere ao impacto da privatização sobre o setor produtivo, o presidente da CNI expôs sua preocupação quanto à expansão da geração e da transmissão. Expressou a opinião de que certamente a Eletrobras, em uma nova configuração, poderá obter novas linhas de financiamento. Com uma oferta maior de energia, os preços poderão ser menores. Com esse quadro, há uma retroalimentação no setor industrial, permitindo seu crescimento.

Finalizou sua exposição, demonstrando concordância em relação ao PL submetido ao Congresso Nacional.





02

A ELETROBRAS  
ONTEM, HOJE E  
O QUE ESPERAR  
DO FUTURO

PALESTRA









## 2 A ELETROBRAS ONTEM, HOJE E O QUE ESPERAR DO FUTURO

- Presidente Wilson Ferreira Júnior

A palestra “Eletrobras Ontem, Hoje e o que Esperar do Futuro” contou com a exposição do presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, que a iniciou apresentando números que ilustram a representatividade da empresa para o setor elétrico brasileiro e sua presença internacional. A *holding* possui negócios em geração (primordialmente energia limpa), transmissão e, por hora, distribuição (em caráter precário, até que ocorra a privatização de seis concessionárias de distribuição). Também há investimentos em Sociedades de Propósito Específico (SPÉs) e energia nuclear, além do fato de a estatal ser o agente brasileiro responsável por Itaipu. No processo de privatização, as operações da Eletronuclear e de Itaipu serão desvinculadas da nova Eletrobras.

O presidente ressaltou, porém, que, apesar da envergadura da empresa, atualmente sua avaliação de mercado é relativamente baixa, se comparada com seu valor patrimonial. Nos anos recentes, houve uma perda do valor de mercado da ordem de 40%. Isso foi provocado, em grande medida, pelos efeitos da adesão à MP 579, por um programa de investimentos em participações minoritárias com aumento substantivo de dívidas, e pela execução de obras de transmissão e geração em atraso em relação aos cronogramas de entrada em operação.

O presidente também comentou que o valor adicionado da empresa (produto da despesa menos a receita) é inferior ao de outras empresas similares de mercado e que esse valor não foi distribuído a seus acionistas, em especial à União.

A direção atual da Eletrobras está implantando um programa arrojado de gestão, que impacta mão de obra, plataformas de transação corporativa, revisão de posição de mercado frente a investimentos pouco rentáveis, venda de ações em companhias diversas e redução de fraquezas materiais.

Essas iniciativas já se refletiram na relação dívida líquida/EBITDA (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) entre 2016 e 2017. Essas mudanças, no entanto, não garantem o futuro da empresa. Para tanto, serão necessários novos investimentos. Ainda que o objetivo fosse manter a participação atual e não crescer, isso implicaria investimentos da ordem de R\$ 14 bilhões. Em dez anos, se considerada somente a participação da União de



cerca de 60% na Eletrobras, isso implicaria a necessidade de investimentos da ordem de R\$ 84 bilhões no período. Porém, o acionista União não tem recursos para fazer novos aportes.

A política de cotas da MP 579 foi deletéria para a Eletrobras, pois sua receita foi extremamente reduzida, comentou o presidente. Também foi ruim para o consumidor, que teve que arcar com o risco hidrológico. Porém, em um contexto de revisão da política de cotas, a Eletrobras não dispõe de recursos para pagar pelo direito de descotizar. O modelo de privatização proposto proverá recursos para tanto.

Por fim, o presidente destacou possíveis ganhos com a privatização proposta, entre os quais: gestão mais eficiente para o aumento da segurança energética; expansão da oferta de energia; novos investimentos em geração e transmissão; e recuperação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), permitindo desenvolver o potencial energético da Região Nordeste, sobretudo, a partir de fontes solar e eólica. Além disso, poderá prover aumento da arrecadação da União, bem como de estados e municípios, por meio de impostos e distribuição de dividendos. Ademais, contribuirá com a redução do déficit fiscal. Quanto ao consumidor, de acordo com o exposto, haveria: realocação do risco hidrológico; redução da indexação da inflação em contratos de longo prazo; aportes de receitas na CDE, para diminuir encargos; e redução de custo de capital, entre outros. Ainda, comentou que a União vai manter uma posição relevante com uma *golden share* e poderá vetar decisões e evitar concentração, limitando as ações de acionistas para 10%.





03

ESTUDOS SOBRE  
A REPERCUSSÃO  
DA PRIVATIZAÇÃO  
DA ELETROBRAS  
NA PERSPECTIVA  
DOS TRABALHADORES

PALESTRA









### 3 ESTUDOS SOBRE A REPERCUSSÃO DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS NA PERSPECTIVA DOS TRABALHADORES

- *Consultor Carlos Machado*

A palestra “Estudos sobre a Repercussão da Privatização da Eletrobras na Perspectiva dos Trabalhadores” foi realizada pelo consultor do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) Carlos Machado.

O Consultor iniciou sua exposição relatando que o Dieese é um centro de estudos para apoio a diversos sindicatos, em especial, estudos regulatórios. Isso, porque os trabalhadores do setor não se interessam somente por avaliações corporativas, mas pelo setor elétrico de forma geral.

Para contextualizar, o representante do Dieese apresentou informações acerca das privatizações no setor elétrico na década 1990, de sorte a construir raciocínio de que as privatizações não proporcionaram maior eficiência ou qualidade, mas aumentos tarifários.

Quanto à eficiência da mão de obra, argumentou que o pagamento de honorários em empresas privadas ocorre, por vezes, fora do contrato de trabalho, ou seja, não é possível fazer comparação direta com o caso da Eletrobras.

Machado destacou que o papel estratégico da Eletrobras passa pela promoção de investimentos de longo prazo, garantia de concorrência adequada em um mercado concentrado e realização de investimentos em C&T&I, entre outros.

Concluiu falando sobre os riscos da privatização. Enfatizou que o processo não contribuirá para o crescimento da economia e o ajuste fiscal, acarretará o fim do regime de cotas e proporcionará riscos para o funcionamento do sistema elétrico e para a segurança. Haverá, ainda, perda de soberania energética, de soberania hídrica e do protagonismo estatal.



04

POSSÍVEIS  
REPERCUSSÕES  
TARIFARIAS E  
SUSTENTABILIDADE  
DO SETOR ELÉTRICO

PAINEL 2



11





## 4 POSSÍVEIS REPERCUSSÕES TARIFARIAS E SUSTENTABILIDADE DO SETOR ELÉTRICO

### 4.1 PONDERAÇÕES DO MODERADOR

- *Ministro Augusto Nardes*

O ministro Augusto Nardes iniciou sua exposição lembrando do efeito danoso para o sistema elétrico causado pela MP 579, em especial, provocando parte dos desequilíbrios pelos quais passa a Eletrobras atualmente e tendo por consequência redução da competitividade brasileira e da capacidade de atrair novos investidores. Sintetizou que a referida MP causou “desgovernança” no setor.

### 4.2 REPERCUSSÕES TARIFÁRIAS E VISÃO DA AGÊNCIA REGULADORA

- *Diretor-Presidente, Romeu Rufino*

O diretor-presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, realizou exposição considerando dois tópicos: o primeiro, tratando da privatização das distribuidoras; o segundo, discutindo questões que tenham relação direta com a privatização da *holding*.

No caso das distribuidoras (são quatro distribuidoras na Região Norte e duas na Região Nordeste), comentou que a Eletrobras decidiu, de forma soberana, em sua assembleia geral, não mais ser concessionária de distribuição. Na ocasião, receberam tão somente a incumbência de designadas, até que a licitação seja realizada. O modelo previsto para licitação é de leilão de nova outorga de concessão em conjunto com privatização. Caso esse leilão não prospere, restará à Eletrobras liquidar tais empresas, pois já não possuem objeto social.



De sorte a viabilizar a operação precária, a agência reguladora permitiu a utilização de recursos da Reserva Global de Reversão (RGR). Esses recursos serão oportunamente ressarcidos pelos consumidores das áreas de concessões, atualmente designadas. Além disso, o diretor-presidente foi enfático em dizer que não é possível a continuidade da prestação como designada, pois os níveis de ineficiência somente se agravam.

Antes de adentrar na discussão quanto à privatização da *holding*, o diretor-presidente apresentou a definição de “renda hidráulica” como sendo a diferença entre os custos necessários para operação dessas usinas e o preço de mercado.

Em seguida, destacou que, no processo de descotização, a depender de como será o modelo a ser adotado, poderá retirar do consumidor cativo a renda hidráulica. Enfatizou que, no caso das concessões já vencidas, que foram objeto de cotas em 2013, já houve amortização integral dos ativos pelo consumidor. Quando as concessões foram renovadas, a renda hidráulica foi alocada ao consumidor cativo.

De acordo com o PL da privatização, prevê-se um processo de descotização em que essa renda será alocada entre Bacia do Rio São Francisco, ineficiências da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis, CDE, ajustes societários e Tesouro Nacional.

A Agência simulou qual seria a renda hidráulica e se haveria impacto tarifário para o consumidor. O diretor-presidente conclui que, a depender do preço pelo qual a energia será recontratada pelo mercado regulado, o impacto será de elevação da tarifa, em média entre 2 e 6%.

Também salientou que o processo de descotização não necessariamente precisa estar aliado à privatização. De toda sorte, solicita reflexão acerca da realocação da renda em desfavor do consumidor cativo, para, entre outros, reduzir déficit fiscal.

Quanto à realocação do risco hidrológico, o dirigente lembra que, recentemente, geradores de grande porte acionaram o foro judicial, para argumentar que não assumiriam o risco hidrológico. Em um futuro em que esse risco retorne para os geradores, o diretor-presidente lembra da possibilidade de novas discussões, com possíveis impactos, novamente, para os consumidores cativos.

Além disso, lembrou que os contratos recém-renovados em meados de 2013 são contratos de longo prazo. Uma revisão desses contratos após poucos anos sinaliza para o mercado baixa estabilidade regulatória.



## Painel 2

Durante o debate, o diretor-presidente expôs sua posição em relação à gestão de riscos. Se mantida a independência natural que cabe ao regulador, o Diretor não vê riscos, no âmbito de atuação da Aneel, nas mudanças que possam ocorrer na Aneel. No entanto, dados os problemas registrados, relativos a atrasos na entrada de empreendimentos de transmissão e geração, parte deles outorgados à Eletrobras, a Agência aprimorou mecanismos de gestão para acompanhamento da entrada em operação de empreendimentos estratégicos. No passado, a atuação da Aneel era somente para penalização, quando da não entrega do serviço outorgado. A Agência evoluiu no sentido de acompanhar a agenda prevista, para evitar impactos sistêmicos, no caso de desconformidades em relação a prazos. De toda sorte, a Agência trata a todos, estatal ou privado, de forma semelhante.

Ponderou, somente, que as empresas estatais respondem aos estímulos regulatórios mais lentamente, em razão das dificuldades de gestão, em especial, de pessoal.

### 4.3 REPERCUSSÕES TARIFÁRIAS E VISÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

– *Secretário-Executivo Esteves Colnago*

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Esteves Colnago, enfatizou que a União já não dispõe de capacidade de investimento para qualquer espécie de aporte em empresa estatal. Por isso, ressalta a importância da busca de parceiros que possam investir, de forma a manter o papel estratégico da Eletrobras no setor elétrico brasileiro.

O modelo proposto é de diluição de capital e, se não for suficiente para a perda de controle por parte da União, haverá emissão primária de ações. Os novos entrantes na empresa poderão ter, isoladamente, representação máxima de 10%.

Quanto à União, caberá *golden share*, de sorte a possibilitar segurança na tomada de decisão estratégica. Mas esse mecanismo não será aplicável para gestão no dia a dia da empresa, reduzindo interferência e politização por parte do Estado.



No que se refere a Itaipu e à Eletronuclear, o secretário-executivo ressaltou que será necessária a criação de outras empresas, para absolver essas duas iniciativas, pois energia nuclear é um monopólio estatal, conforme a Constituição Federal, e Itaipu está sob resguardo de contrato binacional.

Por fim, o secretário-executivo enfatizou que o projeto de privatização da Eletrobras não tem o viés fiscal, mas a busca dos meios para o posicionamento estratégico da empresa.

#### **4.4** VISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

*– Procurador da República João Raphael Lima*

O Procurador da República João Raphael Lima representa a área do Ministério Público Federal (MPF) que trata da ordem econômica e do consumidor. Frisou que o papel do MPF não é conduzir o procedimento nem dizer qual é a melhor escolha, mas prezar pela livre concorrência, garantindo serviços de qualidade, melhoria da infraestrutura no país e preços adequados, para preservar os interesses dos consumidores.

Lembrou que a atuação do MPF se dá quando a discricionariedade não se reveste dos requisitos básicos e foge da razoabilidade.

A preocupação do MPF é, sobretudo, com o impacto sobre o consumidor de energia elétrica. Assim, o Procurador cogitou a possibilidade de a des-cotização buscar a redução do déficit fiscal com destinação de recursos para o Tesouro Nacional, por meio do bônus de outorga, em detrimento do consumidor de energia elétrica.

Por fim, o Procurador falou sobre a atuação do MP quando da renovação das concessões, nos idos de 2013.





Painel 2

## 4.5 VISÃO DO INSTITUTO ACENDE BRASIL

– *Presidente Cláudio Sales*

O presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, lembrou que a gestão da Eletrobras nos últimos anos ocasionou destruição de valores do país da ordem de dezenas de bilhões.

Frisou que o caminho da privatização é virtuoso, haja vista a possibilidade de reduzir o uso político da empresa e poder trazer eficiência para o serviço prestado.

Além disso, abordou os riscos de captura política da estatal. No âmbito do órgão regulador, as decisões colegiadas reduzem a margem de captura, mas é necessário manter a atenção.

Destacou que os custos associados à tributação na cadeia de geração, distribuição e transmissão ultrapassam 50%, o que torna a energia elétrica brasileira pouco competitiva. Além disso, há subsídios diversos na tarifa de energia elétrica que necessitam ser revistos.



05

MODELAGEM  
SOCIETÁRIA  
PREVISTA PARA  
A PRIVATIZAÇÃO  
DA ELETROBRAS

PAINEL 3



AUG SEP OCT NOV DEC

May JUN JUL





100,000

50,000

0,000

AR

AP



## 5 MODELAGEM SOCIETÁRIA PREVISTA PARA A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

### 5.1 PONDERAÇÕES DO MODERADOR

- *Ministro Benjamin Zymler*

O ministro Benjamin Zymler questionou a constitucionalidade da alteração de contratos de concessão recém-renovados, principalmente, em um contexto com redução da participação estatal.

Lembrou, ainda, que o modelo de privatização prevê a adoção da *golden share* para questões estratégicas. Apesar do tamanho da Eletrobras, o desempenho atual da empresa é aquém do esperado.

Também destacou a existência de diversos riscos relacionados à privatização da Eletrobras nos moldes propostos, entre os quais: a necessidade de prévia privatização das distribuidoras; o sucesso de desinvestimentos em SPEs; a necessidade de desmembramento da Eletronuclear e de Itaipu; a gestão de iniciativas para revitalização da Bacia do Rio São Francisco; a definição quanto à indenização referente aos ativos de transmissão pré-2000; a descotização e os impactos associados para as tarifas de energia no longo prazo.



## 5.2 VISÃO DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

– *Presidente Paulo Rabello*

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Paulo Rabello, lembrou que, como modelador da privatização, o Banco terá o desafio de interpretar os desafios e as contingências, de modo a propor a melhor solução técnica para a privatização. Em especial, destacou a necessidade de solução, antes do início da desestatização, de pendências de natureza jurídica, societária e patrimonial.

Do ponto de vista jurídico, comentou que a principal pendência é a cisão da Eletronuclear e de Itaipu. Também mencionou, secundariamente, que o Proinfra e o Programa Luz para Todos necessitam de tratamento específico.

Em relação à natureza societária, afirmou que a Eletrobras, além de ser empresa de empresas, tem a singularidade de executar políticas públicas, como a política nuclear.

Quanto à questão patrimonial, enfatizou que é necessário clareza quanto ao destino dos custos do processo de desestatização, devendo-se definir se haverá impactos tarifários e quem se apropriará dos recursos advindos do processo de desestatização. Segundo o presidente, a resolução antecipada dessas pendências reduzirá a rejeição ao processo.



### **5.3** VISÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS

– *Secretário Adalberto Santos de Vasconcelos*

O secretário especial da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos, Adalberto Santos de Vasconcelos, explicou o que é o Conselho do Programa de Parcerias de Investimento, que incorporou as atribuições do Conselho Nacional de Desestatização. Abordou, ainda, o formato previsto para a desestatização, com a perda de controle acionário da União, e fez um relato sobre as atividades a serem desenvolvidas durante o processo de desestatização.

O secretário também comentou acerca da necessidade de retomada do potencial da Eletrobras para a realização de investimentos no setor elétrico.

### **5.4** VISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

– *Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado*

O Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Rocha Furtado, ponderou acerca do modelo de desestatização a ser adotado, em que haverá a diluição da participação da União no capital social da Eletrobras. Ainda assim, mencionou preocupação com o fato de a empresa deixar de ser estatal, porém com a obrigação de a União fazer investimentos pesados nela.

Lembrou, também, que a Lei 13.303 prevê estrutura de governança, porém é necessário um plano que assegure como isso será colocado em prática, de forma a evitar que à União caiba somente a injeção de recursos na nova configuração da Eletrobras.

O Subprocurador-Geral enfatizou a necessidade de observação do princípio constitucional da impessoalidade.



## 5.5 VISÃO DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

– Vice-Presidente Carlos Antônio Cavalcanti

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Carlos Antônio Cavalcanti, comentou sobre a posição da Federação a favor da privatização da Eletrobras, porém foi enfático ao discordar do formato proposto, em especial, no que se refere à descotização.

O executivo frisou a questão das vendas de ações da Eletrobras. Para ele, a empresa deveria ser vendida com um todo, pois a divisão entre governo e empresas privadas por déficit não acontece no âmbito privado. Comentou, ainda, sobre a modelagem, que interessa aos fundos de investimentos e ao mercado financeiro, mas não atrai investidor do setor elétrico.

Para finalizar, rebateu dois argumentos tratados anteriormente no Diálogo Público. O primeiro, do presidente da Eletrobras, de que o importante é privatizar. Para Cavalcanti, isso é o mesmo que dizer que a Petrobras é a única operadora do pré-sal. O segundo diz respeito à descotização. Ele ressaltou que a regulação é excessiva e comentou sobre a possibilidade de mercado livre para consumidor residencial.





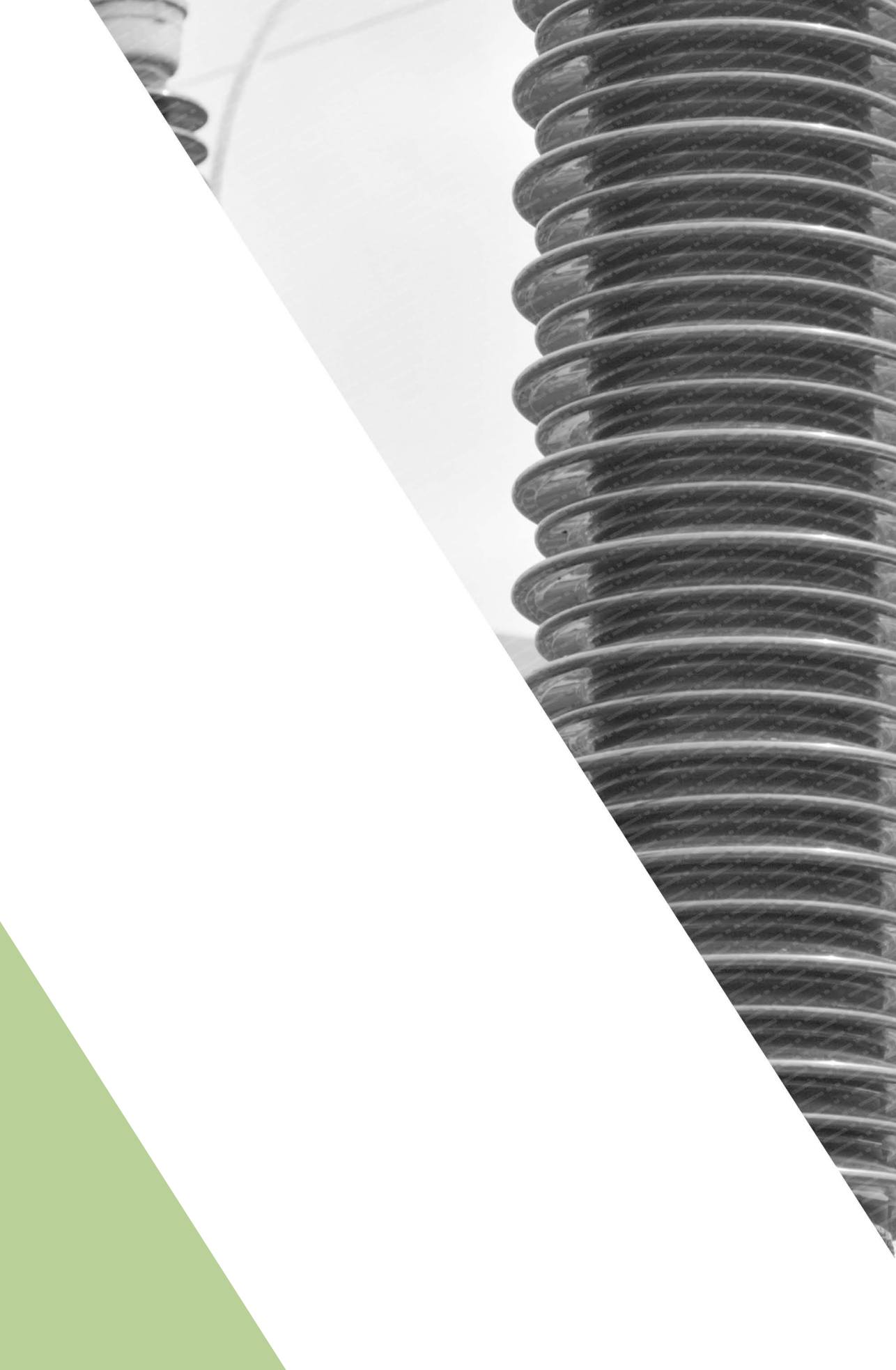


06

PERSPECTIVAS E  
EXPERIÊNCIAS DE  
PROCESSOS DE  
PRIVATIZAÇÃO

PALESTRA







## 6 PERSPECTIVAS E EXPERIÊNCIAS DE PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO

– Economista Elena Landau

A palestra “Perspectivas e Experiências de Processos de Privatização” foi proferida pela economista Elena Landau.

Elena Landau deu início à palestra fazendo uma homenagem às mulheres. Elogiou, também, os relatórios técnicos do TCU, que servem de base para profissionais do setor. Deu como exemplo o relatório da Medida Provisória 579 e aproveitou o contexto para dizer que a Fiesp a apoiou. Disse, ainda, que a Fiesp apoia o que intervém nos preços e beneficia seus associados, sem pensar nos impactos na sociedade brasileira.

Iniciou o assunto do painel falando que, quando a Eletrobras representa algum tipo de problema, a responsabilidade não é da sociedade, independentemente dos motivos. Já quando gera algum tipo de recurso, vira parte da sociedade, sociedade de economia mista que mostra seus limites de atuação.

Acrescentou observações com base em alguns pressupostos, entre eles, o de que a privatização é inevitável e urgente e o de que a Eletrobras deixou de investir e perdeu espaço como empresa importante do setor elétrico brasileiro. Para a economista, a aprovação do projeto de lei e da medida provisória são relevantes, mas a privatização não está prevista para este ano, porque uma ação de mercado dessa magnitude não acontece de um dia para o outro, sobretudo, considerando os riscos envolvidos e a falta de governança.

Também destacou a importância de o TCU estar preparado para arbitrar em relação ao que é melhor para a União. Falou sobre o modelo abordado no projeto de lei e destacou que a operação de mercado, com captação e diluição, está de acordo com o modelo tradicional. Existe uma diferença entre o montante ir para o caixa da Eletrobras ou para o caixa da União. E o destino dos recursos de captação é o caixa da Eletrobras.

Enfatizou que o anúncio do modelo foi feito antes da decisão de privatização pelo Congresso Nacional. Fez crítica ao BNDES, frisando que ele não se modernizou junto com o mercado de capitais e ignorou os 20 anos de privatização



do setor elétrico. Levou um ano e meio para fazer a distribuição das distribuidoras. Citou, ainda, a força que o Banco fez para colocar as distribuidoras no PPI, mas enfatizou que o BNDES precisa se modernizar quando o assunto é mercado de capitais.

A prioridade é a privatização das distribuidoras, mas não fica clara a função da Eletrobras, do MME e do BNDES quando se discute o tema antes de uma decisão política. Landau acrescentou que os riscos foram bem colocados pelo ministro, riscos pelos quais vários processos de privatização já passaram, e que o ganho da sociedade será tirar o governo do comando da Eletrobras.

A economista comentou que nada foi feito no Rio São Francisco, em que o governo impôs uma tarifa irreal a investimentos probatórios. O primeiro ganho é de uma empresa capaz de fazer investimentos no setor elétrico a uma taxa de retorno adequada. O segundo ganho é o que se deixa de colocar em uma empresa inviável, entre outros ganhos da privatização.

Afirmou, ainda, que primeiro daria um “passo a trás”, para se concentrar no projeto de lei de reestruturação do setor, sem diminuir a importância do tema de privatização da Eletrobras. A descotização, na Consulta Pública 33, era só para a Eletrobras; as compras de outorgas não poderiam ter sido realizadas. Concentrar no PL de reestruturação e na aprovação da medida provisória. Depois, focar na privatização das distribuidoras.

A decisão foi tomada pelos acionistas, que viram que a Eletrobras não conseguiria mais suportar os prejuízos, e não pelo governo. As distribuidoras têm custo três vezes maior e a Aneel nunca fez nada a respeito.

Enfatizou o descaso com as estatais e pontuou que um dos maiores benefícios da privatização é criar consciência na sociedade – as pessoas começam a se preocupar sobre quem vai fazer o que, quem vai pagar a conta, para quanto vai a tarifa etc.

Comentou sobre a questão CDE-distribuidoras. Estão preocupados com os R\$ 12 bilhões para a CDE, mas afundaram R\$ 20 bilhões em distribuidoras no Nordeste. Também citou a preocupação com a criação de uma nova agência, ao invés de fortalecer o projeto de lei.

A palestrante firmou seu posicionamento em relação ao fato de que 1/3 vá para a CDE, porque a Eletrobras não é empresa de política tarifária nem instrumento de política pública. O caixa da Eletrobras deve ser melhorado por



## Palestra

meio da captação de ações. O fato de o dinheiro ir para o Tesouro e o Tesouro dispor dele como bem entender é uma coisa; mandar o dinheiro para a CDE é outra. A Eletrobras está sendo obrigada a comprar um bônus de outorga que ela nem sabe quanto custará.

A privatização não acontece só para incentivo fiscal. Ela é uma combinação da maximização do seu controlador com a maximização do bem-estar da sociedade. Precisa existir equilíbrio: um modelo de competição e eficiência.





07

DESAFIOS E  
RISCOS PARA  
A UNIÃO E PARA  
O SETOR ELÉTRICO  
ASSOCIADOS À  
PRIVATIZAÇÃO

PAINEL 4





INFILTRAMENTO SISTEMA





## 7 DESAFIOS E RISCOS PARA A UNIÃO E PARA O SETOR ELÉTRICO ASSOCIADOS À PRIVATIZAÇÃO

– Coordenador-Geral Luiz Akutsu

O coordenador-geral de controle externo da eficiência pública do TCU, Luiz Akutsu, foi convidado para ser moderador do painel “Desafios e riscos para a União e para o setor elétrico associados à privatização” junto com o diretor da Associação dos Empregados de Furnas, o diretor do Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal e o diretor da Associação dos Empregados da Eletrobras e do Sintergia/RJ.

### 7.1 ENTENDENDO A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

– Diretor Felipe Sousa Chaves

O diretor da Associação dos Empregados de Furnas (Asef) Felipe Sousa Chaves fez uma apresentação, segundo ele, mais provocativa. Iniciou falando sobre a lei de criação da Eletrobras e o motivo pelo qual a empresa foi criada. Para ele, antes do leilão das distribuidoras, é preciso rever a lei de criação da Eletrobras e retirar dela a parte referente à distribuição.

O diretor refutou os argumentos de que a Eletrobras seria ineficiente e de que só funcionaria se fosse privatizada, mostrando, com números e gráficos, que a empresa é lucrativa. A estatal só teria dado prejuízo entre os anos de 2012 e 2015, por ter tido que se adaptar a uma medida provisória do governo.

Falou, também, sobre os dividendos que a Eletrobras paga à União – uma média de R\$1 bilhão por ano – e discorreu sobre as vantagens de uma estatal.

Na sequência, deu notícias recentes sobre o tema. Comentou o fato de estarmos nos baseando em modelos estrangeiros que já estão sendo revistos. E citou exemplos de empresas privadas que faliram, como a espanhola Abengoa.



Também mencionou as empresas privadas que estão sendo alvos da Operação Lava Jato, por corrupção.

O representante da Asef comentou, ainda, cada ponto da proposta de privatização apresentada pelo governo: a emissão de novas ações, a descotização e a destinação de recursos para o Rio São Francisco. Ao emitir novas ações, o governo arrecadará R\$ 12 bilhões e reduzirá o déficit fiscal. Com a energia passando de 40 para 200/MWh, a tarifa de energia subirá e haverá aumento generalizado de preços. Com o aumento da energia, o povo subsidiará indiretamente os recursos para o Rio São Francisco.

Chaves chamou a atenção para o valor real da empresa e para o preço pelo qual será vendida. O negócio será bom para os compradores, que pagarão pouco por ações de uma empresa que demandou muito investimento.

“Além de aumentar a conta, será o fim do Centro de Pesquisas da Eletrobras, da soberania e do emprego”, afirmou. “Haverá menos dividendos e segurança de barragens.” Ademais, a decisão sobre investir ou não em energia não será mais do Estado, ainda que o país demande investimentos cada vez maiores.

Por fim, respondeu alguns questionamentos, destacando os problemas que a modelagem de privatização proposta pode causar.



## 7.2 POR QUE NÃO PRIVATIZAR

– *Diretor Ikaro Chaves Barreto de Souza*

O diretor da Secretaria de Pesquisa, Tecnologia e Assuntos Estratégicos do Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal (STIU-DF), Ikaro Chaves Barreto de Sousa, defendeu que a Eletrobras não deveria ser privatizada.

Segundo ele, a problemática da privatização envolve uma questão de forma e outra de conteúdo. De forma, porque haverá necessidade de aumento de capitais para pagar o bônus de outorga das usinas que serão descotizadas. Sousa enfatizou o que a população vai pagar e questionou o fato de a União ficar como garantidora das dívidas de uma empresa privada.

De conteúdo, porque a privatização causará dano aos interesses nacionais. O diretor do Sindicato recapitulou a necessidade histórica de a Eletrobras ser construída e falou sobre a relação entre o público e privado durante essa linha do tempo. Citou os empreendimentos estruturantes dos quais a Eletrobras participa, como a Usina de Belo Monte, com participação da 49,98%, e a interligação Manaus-Macapá, destacando a importância das empresas estatais no setor elétrico.

Para Sousa, a privatização é uma aposta para o país e não se sabe se vale a pena. Falou sobre o apetite do setor privado por novos investimentos, citou a modicidade tarifária e a importância de controle estatal e destacou possíveis consequências da privatização. Por fim, mencionou algumas propostas, como, por exemplo, a de se criar uma empresa brasileira de distribuição de energia elétrica, separada da Eletrobras, mas pertencente à União, e um fundo de equalização tarifária, ao invés de se privatizar as distribuidoras.



Desafios e riscos para a união e para o setor elétrico associados a privatização

## **7.3** DEFESA DOS OBJETIVOS QUE INSPIRARAM A CRIAÇÃO DA ELETROBRAS

- *Emanuel Mendes Torres*

O diretor da Associação dos Empregados da Eletrobras (AEEL) e do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região (Sintergia/RJ) Emanuel Mendes Torres afirmou que a população quer energia de baixo custo e com qualidade.

Torres destacou a exigência de eficiência das distribuidoras, citando a Light, que teve um reajuste de 21% com uma inflação de 3%. Retomou, também, a questão do impacto da energia elétrica, caso as usinas sejam descotizadas. E finalizou afirmando que a privatização não pode se dar da forma como está sendo proposta, sobretudo, considerando que estamos às vésperas de um período eleitoral.





**08**

**CONCLUSÃO**









## 8 CONCLUSÃO

Ao final do Diálogo Público, foi possível constatar que as discussões foram sobre as demandas que permeiam a questão da privatização e a modelagem proposta pelo projeto de lei, havendo, ainda, lacunas e desafios a serem enfrentados.

Na parte da manhã, os aspectos levantados tiveram o objetivo de provocar questionamentos e contribuir para os avanços da administração pública. O relator do PL disse que o projeto ainda precisava de aperfeiçoamento político. Já o ministro do Planejamento se preocupou em destacar a importância da Eletrobras em representar o Brasil em outros países.

O ministro de Minas e Energia enfatizou a importância de a estatal ser competitiva. E comentou sobre o processo que possibilita reforço de capital, independência de gestão, maior confiança dos agentes econômicos na empresa, maior capacidade de geração de energia para o Brasil e valorização do patrimônio da União.

Na parte da tarde, questionou-se mais a modelagem preconizada, os riscos envolvidos e a forma como o projeto de lei foi proposto.

Em síntese, o objetivo do Diálogo foi acolher contribuições de autoridades governamentais, da sociedade civil organizada e de especialistas do setor para subsidiar a apreciação da matéria pelo tribunal.

A hand holding a pencil is shown writing on a calendar grid. The calendar is open to a page with dates from 2 to 31. The numbers 2, 9, 16, 17, 24, and 31 are visible. There are two pushpins on the calendar: one on the 10th and one on the 17th. The background is a dark, textured surface.

09

# PROGRAMAÇÃO DO EVENTO







## 9 PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

TÍTULO	PALESTRANTE
<b>Abertura do evento</b>	<p><b>Aroldo Cedraz</b> – Ministro do TCU e relator do processo</p> <p><b>Henrique Meirelles</b> – Ministro de Estado da Fazenda</p> <p><b>Fernando Coelho Filho</b> – Ministro de Estado de Minas e Energia</p> <p><b>Dyogo Henrique de Oliveira</b> – Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</p> <p><b>Moreira Franco</b> – Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência</p> <p><b>Lucas Rocha Furtado</b> – Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU</p>
<b>Painel 1:</b> Visões sobre a privatização	<p><b>Aroldo Cedraz</b> – Ministro do TCU e relator do processo</p> <p><b>Fernando Coelho Filho</b> – Ministro de Estado de Minas e Energia</p> <p><b>José Carlos Aleluia</b> – Deputado e relator, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei 9.463/2018</p> <p><b>Robson Braga de Andrade</b> – Presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI)</p>



TÍTULO	PALESTRANTE
<p><b>Palestra 1:</b> A Eletrobras ontem, hoje e o que esperar do futuro</p>	<p><b>Wilson Ferreira Júnior</b> – Presidente da Eletrobras</p>
<p><b>Palestra 2:</b> Estudos sobre a repercussão da privatização da Eletrobras na perspectiva dos trabalhadores</p>	<p><b>Carlos Machado</b> – Consultor do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese)</p>
<p><b>Painel 2:</b> Possíveis repercussões tarifárias e sustentabilidade do setor elétrico</p>	<p><b>Augusto Nardes</b> – Ministro do TCU</p> <p><b>Romeu Rufino</b> – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)</p> <p><b>Esteves Colnago</b> – Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</p> <p><b>João Raphael Lima</b> – Procurador da República</p> <p><b>Claudio Sales</b> – Presidente do Instituto Acende Brasil</p>





TÍTULO	PALESTRANTE
<p><b>Painel 3:</b> Modelagem societária prevista para a privatização da Eletrobras</p>	<p><b>Benjamin Zymler</b> – Ministro do TCU</p> <p><b>Paulo Rabello</b> – Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)</p> <p><b>Adalberto Santos de Vasconcelos</b> – Secretário Especial da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos</p> <p><b>Lucas Rocha Furtado</b> – Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU</p> <p><b>Carlos Antonio Cavalcanti</b> – Vice-Presidente e Diretor Titular do Departamento de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)</p>
<p><b>Palestra 3:</b> Perspectivas e experiências de processos de privatização</p>	<p><b>Elena Landau</b> – Economista</p>

TÍTULO	PALESTRANTE
<p><b>Painel 4:</b> Desafios e riscos para a União e para o setor elétrico associados a privatização</p>	<p><b>Luiz Akutsu</b> – Coordenador-Geral de Controle Externo da Eficiência Pública do TCU</p> <p><b>Felipe Sousa Chaves</b> – Diretor da Associação dos Empregados de Furnas (ASEF)</p> <p><b>Ikaro Chaves Barreto de Sousa</b> – Diretor da Secretaria de Pesquisa, Tecnologia e Assuntos Estratégicos do Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal (STIU-DF)</p> <p><b>Emanuel Mendes Torres</b> – Diretor de Políticas Energéticas da Associação dos Empregados da Eletrobras (AEEL) e do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região (Sintergia/RJ)</p>

**Responsabilidade pelo conteúdo**

Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex)  
Coinfra/Seinfra Elétrica

**Responsabilidade editorial**

Secretaria-Geral da Presidência (Segepres)  
Secretaria de Comunicação (Secom)  
Núcleo de Criação e Editoração (NCE)

**Projeto Gráfico, Diagramação e Capa**

Núcleo de Criação e Editoração (NCE)

**Fotos**

iStockphoto

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Coinfra - Coordenação-Geral de Controle Externo de Infraestrutura  
SAFS Qd 4 Lote 1 - Anexo III - sala 450  
Bairro : SAFS  
Cidade : Brasília-DF CEP : 70042-900  
coinfra@tcu.gov.br  
61- 33167439

**Ouvidoria**

Tel.: 0800 644 1500  
ouvidoria@tcu.gov.br

Impresso pela Sesap/Segedam



## **MISSÃO**

Aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo

## **VISÃO**

Ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável